



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 9 | Nº. 17 | Jul./Dez. de 2017

**Tatiana Gonçalves de
Oliveira**

Doutoranda em História pela
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro

tatih.oliveira@hotmail.com

DOS DEBATES PARLAMENTARES ÀS TENTATIVAS DE ENGENDRAMENTO DE UMA POLÍTICA INDIGENISTA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1840-1889)

RESUMO

Neste artigo analisaremos os debates em torno da “questão indígena” antes e depois da promulgação do *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* de 1845. Além disso, buscaremos compreender as tentativas de engendramento de uma política indigenista pela província de Minas Gerais, especialmente no vale do Mucuri. A análise dos debates parlamentares travados no Senado demonstra a nebulosidade que pairava sobre esta tão implexa questão.

Palavras-chave: Debates parlamentares; Política indigenista; Minas Gerais.

ABSTRACT

In this article we will analyze the debates around the "indigenous question" before and after the promulgation of the *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* de 1845. In addition, we aim to understand also the attempts to engender an indigenous policy by the province of Minas Gerais, especially the Mucuri valley. The analysis of the parliamentary debates in the Senate demonstrates the cloudiness that hovered over this complex issue.

Keywords: Parliamentary debates; Indigenist Policy; Minas Gerais.

A “problemática indígena” em debate: as propostas defendidas na Assembleia Geral

No âmbito da Assembleia Geral, os parlamentares discutiam sobre o melhor método de “civilizar” os “filhos das matas”. O senador Pereira Vasconcellos, por exemplo, debatia na sessão de 1840, a possibilidade ou não de se usar o trabalho indígena na marinha. Ao se colocar contra a proposta feita pelo ministro da marinha, Holanda Cavalcanti, que propunha recrutar crianças indígenas para trabalharem como aprendizes de marinheiro na corte, o senador afirmava:

O nobre ministro não pode contestar com a história na mão, salvo se quiser, assim como seus colegas, apelar para a experiência que obtiverem do futuro, e não para a que já têm; um dos atuais ministros adota as alterações que a experiência mostrar, e eu julgo que o mais acertado é que os nobres ministros se aproveitem também do passado. Se consultar a história das civilizações dos índios, se quiser ter o trabalho de averiguar a maneira como procederam os jesuítas, que foram os mais atilados na educação dos índios, se não se quiser rejeitar a experiência dos jesuítas, que nem sempre é desprezível, convencer-se-á que os índios tirados do lugar em que nascem, ainda que sejam transportados para clima semelhante, duram muito pouco tempo: é uma sentença de morte tirar os índios, por exemplo, das matas do rio Doce para virem servir no arsenal da Marinha¹.

Vasconcellos retoma a experiência dos jesuítas para defender sua concepção de “civilização” dos índios. O senador critica os parlamentares, que como o ministro da marinha, se pautavam em expectativas do que poderiam obter com o trabalho indígena. Para Vasconcellos, no entanto, a lição que os jesuítas poderiam oferecer em termos de ação indigenista, era que, a conversão à “civilização” deveria ser gradual, atendendo às “rusticidades” do modo de vida indígena. A conservação física e “cultural” dos índios era, para Vasconcellos, um dever do Estado e de sua política “filantrópica”.

Em contrapartida, o senador Carneiro de Campos se colocava a favor do ministro da marinha no debate e contra a opinião de Vasconcellos. “O nobre senador que combate estas ideias apoia-se na opinião dos jesuítas e do sistema, que tem prevalecido até agora, de não retirar os índios dos lugares em que eles nasceram”². No entanto, contesta Campos, “eu desconfio deste plano, ou sistema, porque ele não tem produzido grandes resultados”³. Para Campos, o trabalho dos índios desde criança no

¹ BRASIL. Anais do Senado. Sessão de 5 de agosto de 1840, p.64. Documentos publicados pelo Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp.

² IDEM, p.65.

³ IDEM, p.65.

serviço da marinha, como jovens aprendizes, proporcionaria mais rapidamente a “integração” destes ao seio da sociedade, como “verdadeiros” cidadãos.

Concordavam, no entanto, Campos e Vasconcellos, na capacidade dos indígenas do Brasil de “civilizarem-se”. Os “índios são suscetíveis de serem civilizados, e nisto estou muito longe das ideias de um alemão, que diz que os índios constituem no gênero humano uma espécie particular, que tem uma porção dada a inteligência, da qual não podem passar”⁴. O alemão ao qual se referia Campos era o filósofo De Pauw, defensor da tese da “degenerescência”, que pressupunha a incapacidade indígena de sair de seu estado de natureza, “primitivo”, por excelência. Para Campos, tal comparação era um erro, e a “civilização” dos índios poderia ser feita por meio do trabalho.

Hoje estamos persuadidos de que os índios são muito suscetíveis de civilização, e é preciso trabalhar para conseguir esse fim. Nós não estamos nas circunstâncias dos americanos do Norte, que tem muita facilidade para aumentar com a emigração europeia a sua população, e por isso, não tratam de civilizar os índios; pelo contrário, tratam de expeli-los, querem fazer uma absoluta separação de raça, mas nós não estamos nesse caso; temos muita falta de população; e note-se que as nossas leis, do tempo em que o Brasil estava unido a Portugal, eram as mais filantrópicas a este respeito. Declaramos até que os índios estavam habilitados para exercerem empregos⁵.

Campos se mostrava crítico à posição adotada pelo senador Vasconcellos e pelo ministro da marinha, de recuperarem a experiência jesuíta ao invés de olharem para o presente, para as vantagens que a utilização do trabalho indígena fora das aldeias estava produzindo.

[...] tenho visto, aqui mesmo nesta corte, índios soldados, prestando serviços, e andando tão limpos e asseados como os outros. Portanto, não posso subscrever aquela reverência indefinida que o nobre senador mostrou a respeito do que fizeram os padres da companhia, não tenho ideia completa do que eles faziam a este respeito; mas creio que queriam civilizar os índios somente para que pudessem praticar certos atos religiosos nessas chamadas missões⁶.

O uso da experiência jesuíta para resolver a questão indígena que se colocava urgente nos debates parlamentares não seria aceito de forma unânime. Na sessão que ocorrera em 7 de junho de 1843, os parlamentares discutiam a resolução que vinha da

⁴ *IDEM*, p.66.

⁵ *IDEM*, p.67.

⁶ *IDEM*, p.66.

Câmara dos deputados, cuja proposta era a votação das despesas necessárias para trazer os capuchinhos italianos para as missões no Brasil. Os calorosos debates girariam em torno da verba a ser gasta e sobre a localização do centro dessas missões. O senador Vergueiro votaria contra a ideia da sede das missões na corte, pois “que os capuchinhos não são mandados vir missionar a corte, mas para a catequese dos índios; é claro, portanto, que não é necessária sua residência na corte”⁷. Para Vergueiro o centro deveria ser em Vitória, Espírito Santo, em primeiro lugar pela existência de um convento desocupado, mas principalmente pela proximidade da região com as aldeias indígenas que habitavam seu território e as fronteiras com Minas Gerais. Votaria contra também, o senador Mello Mattos, para quem a sede deveria ser a Bahia. No entanto, apesar de relutantes acerca do centro da missão na corte, os sobreditos senadores não votaram contra a resolução, tal como fez o senador Paula Souza e outros, cuja justificativa seria o caráter antieconômico e político do projeto.

O pensamento dominante é que se mandem vir Capuchinhos da Itália para serem empregados em missões, e seguem-se as fórmulas com que se deve realizar este pensamento, e conseguir este fim. Eu não acho isso útil ao país, acho mesmo prejudicial pelo lado financeiro e pelo lado político. Porque não se definia na resolução quantos missionários iriam vir e qual a quantia a ser gasta com esse fim, pelo contrário, o projeto previa a abertura de crédito sem fixação de quantia [...] Pelo lado político também não posso concordar. Mandar vir missionários Capuchinhos para missões sem se declarar quais são essas missões, se elas são para as tribos selvagens ou para todo o império, devendo eu julgar que são antes para o império do que para as tribos selvagens porque os que tem vindo assim tem sido empregados, e porque nesse sentido tem sido sustentado o projeto⁸.

A fala do senador deixa claro que os capuchinhos já vinham para o Brasil antes de 1843 para missões que não eram, necessariamente, a catequese dos índios. Como bem lembra Patrícia Sampaio, não foi o *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* o responsável por trazer os capuchinhos, que “já haviam sido convocados para assumir a catequese indígena desde 1840, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, o relator do projeto do Regulamento”⁹. O próprio Pedro de Araújo Lima responderia à crítica feita pelo senador Paula Souza, apontando a falta de sacerdotes brasileiros como uma das justificativas para a aprovação da verba

⁷ BRASIL. Anais do Senado. Sessão de 7 de junho de 1843, p.24. Documentos publicados pelo Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp.

⁸ IDEM, p.46-47.

⁹ SAMPAIO, 2009, p.176.

para a vinda dos capuchinhos, além de enfatizar que este era um desejo das próprias províncias.

Procuremos a origem deste projeto. Eu vejo que as Assembleias Provinciais do Norte tem reconhecido a necessidade desta instituição, que a tem solicitado. Ora, as Assembleias Provinciais têm autorizado os respectivos presidentes para mandar vir estes missionários, e para bem se avaliar esta medida é necessário ver as necessidades que há nas províncias. Há grande falta de padres nas províncias, freguesias vagas. A origem do projeto foi uma necessidade pública reconhecida pelas assembleias provinciais e proclamada com a resolução pela câmara dos deputados¹⁰.

O então ministro da marinha, Senador H. Cavalcanti, que como vimos nas discussões anteriores, propunha a utilização do trabalho indígena como meio de “civilização” dos mesmos. Cavalcanti também se posicionaria no debate contra a vinda dos missionários para as missões de catequese, pois entendia que civilização seria sinônimo de trabalho e não de religião.

Senhores, o primeiro passo que devemos dar para com os índios é trazê-los à civilização pelos meios mais fáceis possíveis. Depois deles civilizados não faltará meios de chamá-los ao grêmio da religião católica, porque uma vez em contato com a nossa população, com muita felicidade adotarão os nossos costumes e religião. Estudem os nobres senadores que tem desejos de chamar à civilização os nossos índios a história das nossas colônias, vejam o progresso e a vantagem dessa colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, decerto não foram os capuchinhos que a elevaram. Venham os colonos com os padres, proporciona-lhes meios, haja boa polícia e então teremos colonização no país, teremos ocasião de chamar os índios à civilização. Mas como é que nós o chamamos? Mandamos vir capuchinhos e depois mandamos ao Pará talvez escravizar os índios¹¹.

Questionado se havia também ele escravizado aos índios, Cavalcanti respondera que não, “só alugava-os”¹². O ministro da marinha entendia ser necessário aproximar os índios dos colonos, e que o exemplo destes, com sua cultura e trabalho poderia, enfim, proporcionar a mudança dos “costumes” indígenas. A religião, nesse sentido, não seria o meio de mudança, mas um dos atributos a ser alcançado com o “exemplo” do trabalho.

No dicionário da língua portuguesa, de Antônio de Moraes e Silva, publicado em 1789 e reeditado sete vezes ao longo do século XIX, o conceito de civilização diz tanto

¹⁰ *IDEM*, p.45.

¹¹ *IDEM*, p.74.

¹² *IDEM*, p.79.

sobre “costumes” do homem “polido”, quanto da forma como este se organiza, manifestando “no adiantamento do estado social, na perfeição das leis”¹³. A civilidade, portanto, em oposição à “rusticidade”, seria a “ação do homem mecânico”¹⁴, cujo comportamento se diferia do “selvagem”. Nesse sentido, o conceito de civilização estaria associado a um conjunto de fatores, como organização social e política, onde os costumes manifestariam a cultura desse homem cortês, cidadão. A religião católica não aparece na definição, mas podemos inferir que ela fizesse parte desse conjunto de práticas “civilizadas”. A separação entre religião e civilização se fazia imperativa para àqueles que eram contrários à catequese como meio de civilizar aos índios.

De modo que, o senador Carneiro Leão afirmaria “que primeiro de tudo deve-se infundir nos indígenas a crença da nossa religião; que é um dos meios mais eficazes para chama-los à civilização”¹⁵. Ainda argumentando contra a opinião de Cavalcanti quanto ao papel da religião para a “civilização” dos índios, Carneiro Leão afirmaria a diferença entre estas, mas que aquela seria “um meio de civilização, e muito eficaz, até duvido que se possa civilizar indígenas ateus, isto é, que se possa separar civilização da catequese”¹⁶. Ao finalizar sua fala, o senador Carneiro Leão ponderava a necessidade de uma legislação que desse suporte a uma política indigenista.

Estou certo que o Brasil nada tem feito desde a sua independência para a civilização e catequese dos índios; estou também certo que o corpo legislativo pouco se tem ocupado desse interessante objeto; por consequência se a alguém cabem imputações a esse respeito, cabem a todos nós, deputados, senadores, ministros, porque verdade é que todos os homens que tem dirigido os nossos negócios públicos tem achado em abandono esse objeto, e nenhum tem dele procurado curar seriamente¹⁷.

O senador Vasconcelos, durante sessão da Assembleia Geral em 1844, reclamava a necessidade de publicação do regulamento para catequese. Ele argumentava, que apesar de ter sido votado uma emenda na lei do orçamento daquele ano, autorizando ao governo a regulamentar as missões para catequese dos índios, não havia ainda publicado nenhuma lei para a “catequese e civilização” dos índios.

¹³ SILVA, 1890, p.471.

¹⁴ *IDEM*, p.471.

¹⁵ BRASIL. Anais do Senado. Sessão de 7 de junho de 1843, p.80. Documentos publicados pelo Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp.

¹⁶ *IDEM*, p.80.

¹⁷ *IDEM*, p.81.

O “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios” foi publicado através do decreto n.º 426, de 24/07/1845 e serviria como documento norteador da política indigenista a ser adotada em todo o Império. Ele trazia pontos que os políticos pró-catequese apontavam como método mais eficaz de catequese, como o uso da religião, a educação das crianças indígenas e a defesa do meio “pacífico” de civilização. “A importância de se construir uma legislatura indigenista geral era sentida em vários níveis do governo”¹⁸, no entanto, a retórica pressuposta de inserção do índio dentro do projeto nacional, por meio do trabalho ou catequese, objetivava, no limite, dissolver sua identidade dentro de uma concepção a ser alcançada, a de “cidadão”. No entanto, cabe analisarmos de que forma esse documento norteador de uma política indigenista seria apropriado nas províncias, especialmente em Minas Gerais e seus “sertões”.

As fronteiras indígenas do Mucuri: as “gentes” a as terras a serem “civilizadas”

O rio Mucuri corre a leste e Sudeste, e serve de limite natural a Província do Espírito Santo pelo sul, e à Província da Bahia pelo norte. A trinta léguas pouco mais ou menos, rio acima, existe outro limite natural entre a Província da Bahia a leste; é uma cordilheira que corre do norte ao sul, e na qual passando todos os rios da costa oriental do Brasil, fazem seu último salto para procurarem o nível do mar. A barra do Mucuri é uma das melhores que se apontam nesta costa do Brasil. O rio é fertilíssimo de madeiras de preço, e saber: jacarandá, bálsamo, ipê, braúna... Não tem ramo algum de febres malignas, nem sezões, vantagem que bastaria para torna-lo preferível ao Rio Doce e Jequitinhonha, cujos habitantes são assolados diariamente por esse flagelo [...] O único obstáculo que se oferece, pois a por uma comunicação por água entre esta tão desgraçada comarca de Minas Novas é o número de bugres que infestam as margens do Mucuri¹⁹.

Entremos agora no palco onde os diferentes sujeitos até aqui analisados nos discursos políticos - indígenas, missionários, colonos, fazendeiros - vivenciaram de formas distintas a experiência de “contato”. O vale do Mucuri, localizado no nordeste da província de Minas Gerais, segundo o engenheiro Pedro Victor Renault, que havia estado ali em 1846, seria uma região fronteira fortemente cobiçada por suas riquezas naturais. As vantagens que Renault conferia ao vale, tanto para o escoamento de

¹⁸ CUNHA, 1992, p.138.

¹⁹ RENAULT, Pedro Victor. 1846. “Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exmo. governo de Minas Gerais”. RIHGB, tomo VIII, p.372. Rio de Janeiro. [2ª. edição, 1867]. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147> .

mercadorias quanto para a colonização de suas terras, estariam “obstruídas” pela presença dos bugres que infestam as margens do Mucuri. Mas a presença indígena dos *Naknenuk*, *Aranã*, *Pojichá*, *Giporoça* e outros subgrupos dos conhecidos e temidos “Botocudo” não impediram as várias tentativas de colonizar o vale.

A “colonização étnica” do Mucuri, parafraseando Izabel Missagia de Mattos, se faria em um “longo processo, desde o início do XIX, atingindo seu auge com a consolidação da Companhia do Mucuri (1851-1861)”²⁰. Nesse processo, várias notícias e relatos acerca dos diferentes povos indígenas que habitavam aquelas matas seriam produzidos por missionários, autoridades públicas, viajantes, que à sua maneira criaram visões e representações acerca daqueles povos. Ao adentrarmos nessa fronteira interétnica passamos a entender esse espaço, seus primeiros habitantes e suas relações com seus vizinhos antes da tentativa de implementação da política de aldeamentos centrais pelo governo da província mineira.

Para nos ajudar nesse percurso utilizaremos o relato produzido pelo criador da Companhia de exploração do Mucuri, o deputado liberal Teófilo Benedito Ottoni. Sabemos de vários outros viajantes que estiveram nas matas do Mucuri e proximidades, como Saint-Hilaire, Spix e Martius, além do barão Johan Von Tshudi, que ali estiveram na primeira metade do século XIX, “descrevendo o que mais o impressionara na natureza exuberante e nas pessoas de origens diversas que ali se encontravam”²¹. No entanto, como a família Ottoni teve um papel relevante na relação com os povos indígenas do Mucuri, optamos por privilegiar o relato de Teófilo Benedito Ottoni para adentrarmos um pouco nas complexas relações interétnicas estabelecidas naquele vale antes da fundação do aldeamento indígena de Itambacuri naquelas matas, no ano de 1873.

Natural do Serro do Frio ouvia, desde os primeiros anos, continuadas narrações acerca dos índios, caboclos, e tapuios, nomes que indistintamente se dava aos aborígenes. Acossados pela população cristã que ia se estabelecendo pela cordilheira central, os Macunis, Malalis, Machacalis, Nacknenukes, Aranaus, bahués, Biturunas, Gyporocks, etc, que pela maior parte são a nação dos Botocudos, se viram obrigados a concentrar-se na zona onde correm as águas do Mucuri, estendendo-se ao nordeste e norte até o Jequitinhonha ou algum de seus confluente a leste até o litoral, ao sul até o Suassuhy Grande e rio Doce²².

²⁰ MATTOS, 2002, p.94.

²¹ *IDEM*, p.96.

²² OTTONI, Teófilo Benedito. “Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri”. RIHGB, t.XXI. Rio de Janeiro: 1858, p.174. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147> .

Teófilo Ottoni dirigiu inicialmente sua “Notícia sobre os selvagens do Mucuri” ao presidente da província de Minas Gerais em 1853. No entanto, quando publicada na Revista do IHGB no ano de 1858, esse relato de suas incursões pelo vale foi dirigido a Joaquim Manoel de Macedo, crítico da colonização praticada por Ottoni em Filadélfia, atual Teófilo Ottoni. Este documento já foi bem analisado pela historiografia, sobretudo no que tange a criação e funcionamento da Companhia do Mucuri. No entanto, esse relato nos será útil para mapearmos com mais clareza as relações interétnicas, as alianças e conflitos entre os diferentes sujeitos que povoaram aquela fronteira antes da tentativa de fundação dos aldeamentos centrais, de modo particular o de Itambacuri. Interessa-nos, particularmente, as dinâmicas dessas relações entre os povos ditos “Botocudo”, especialmente os *Naknenuk*, que se aldeariam posteriormente em Itambacuri, os *Aranã*, e os *Pojichá*, classificados pelas autoridades provinciais como os “menos civilizados” ou “selvagens”.

Os *Naknenuk*, um subgrupo “Botocudo”, cujos líderes Ottoni conheceu em 1852 durante sua expedição ao alto Mucuri, seriam “parcialmente civilizados” devido ao seu contato maior com o comércio e com as práticas do “mundo civilizado”. Os *Naknenuk* mantinham relações belicosas com outro subgrupo “Botocudo” descrito por Ottoni em seu relato, os *Aranã*. Sobre os conflitos interétnicos entre esses dois grupos dizia Ottoni:

Os Nacknenukes e os Aranaus, que habitam nas vertentes do Arapuca são irreconciliáveis e se não há no presente conflitos sanguinolentos é porque os Aranaus temem de vir ofender os Nacknenukes no centro de seus novos aliados cristãos. Os Nacknenukes acham mais vantajoso arrancar poaia e plantar batatas para vender com os couros de veado em Filadélfia, do que irem fazer a guerra para conquistar Kurucas, que hoje ninguém lhes compra. São inimigos dos Pojichá, seu vizinho de três léguas²³.

As relações de hostilidade entre grupos étnicos distintos seriam utilizadas pelo indigenismo provincial como parte de suas estratégias de colonização. No entanto, essa lógica não era utilizada apenas pelos agentes indigenistas, mas importante também para a política indígena de negociação. A tese de Missagia evidencia a importância que a política indígena adquire sob a lógica do xamanismo, onde poder espiritual e político se mesclam na figura do líder, do mediador entre o mundo indígena

²³ *IDEM*, p.207.

e o exterior²⁴. Assim, as relações interétnicas naquelas fronteiras aparecem mergulhadas nesse complexo jogo político e simbólico, onde a ação indígena também se traduz em constante diálogo entre dois mundos. Estas lideranças, no entanto, não seriam simples mediadoras, mas negociadores de interesses para seus grupos.

Quando viajava pelo Mucuri no ano de 1852, explorando o potencial da região, Ottoni teve que negociar com as lideranças indígenas dos grupos *Naknenuk* quais terras poderiam ser ocupadas para a instalação de sua Companhia. As negociações com o capitão Potón, Timotheo, Ninkate, são narrados por Ottoni como um acordo pacífico e sem muitas perturbações. Assim,

Depois de dirigir-me a Timotheo e Ninkate, este havia declarado com arrogância que os portugueses deveriam se contentar com as terras que já tinham tomado. Afaguei-os e presenteei-os e naquela mesma tarde os dois me pediram que abrisse ali uma grande roça.²⁵

Para além da “passividade” que possa ter sido esse acordo, cabe ressaltar que ele não se fez sem que as exigências dos capitães fossem atendidas, como o exposto acima nos permite entrever.

O encontro e negociação com os *Pojichá* seria narrado por Ottoni de forma menos “tranquila”. Em expedição de reconhecimento das terras na confluência entre o rio Todos os Santos e o rio Mucuri em setembro de 1856, Teófilo Ottoni, que estava acompanhado de alguns praças, do fazendeiro local Manoel Francisco e mais 40 homens encontraram o grupo do Capitão Pojichá. Sobre este encontro, narra o político:

Ao terceiro dia de viagem, ainda no vale de Todos os Santos, deparou o senhor Manoel Francisco com um grande aldeamento. Apenas pressentindo, os índios saltaram para o mato, e pedindo-lhes Manoel Francisco que não fugissem, protestando que vinha como amigo-respondeu uma voz enérgica estas memoráveis palavras: -‘ português quando vem a minha casa é para me matar’. Porém, replicando Manoel Francisco que vinha da parte de um capitão muito bom, que costumava deixar ferramentas e presentes dependurados nas árvores para os índios, e que vinha só pedir licença para fazer uma estrada sem lhes tomar as terras, retorquiu a mesma voz: ‘ se vocês são desse capitão não precisam de armas, larguem-nas’... Declarou em seguida que era meu amigo e que me dava licença para fazer estrada ainda que fosse pelo meio de sua casa. Para conhecer-me deliberou-se a acompanhar a escolta até Santa Clara onde recebeu muitos presentes. Este valente e generoso cacique era-Pojichá²⁶.

²⁴ IDEM.

²⁵ OTTONI, 1858, p.190.

²⁶ IDEM, p.204.

Sobre estes índios, que a lógica classificatória do indigenismo iria estabelecer como os mais “ferozes”, menos propensos a civilizarem-se, construir-se-ia uma representação de verdadeiros “flagelos” do Mucuri. Os *Pojichá* aparecem frequentemente como propensos à conversão, mas ainda assim, as fronteiras civilizatórias com outros grupos, como os *Naknenuk*, são estabelecidas pelos brancos, levando em consideração as relações comerciais como parâmetro. Estas seriam vistas como medidas para estabelecer o grau de “selvageria” e “civilização” dos povos indígenas habitantes daquelas fronteiras.

Segundo Frei Jacinto de Palazzolo,

“As tribos genericamente conhecidas como *Pojichá*, em decorrência da alusão ao Capitão de mesmo nome e que após sua morte ainda serviria para designar outras tribos, eram compostas por dois subgrupos, *Krekmum* e *Krenhé*”²⁷.

Sua localidade era na cabeceira do rio São Mateus, nas proximidades do rio Itambacuri. A “ferocidade” que os colonos do Mucuri e os missionários atribuíam aos *Pojichá* devia, de fato, segundo nos aponta Missagia, ao fato destes “pertencerem a um suposto tipo racial mais ‘apurado’, uma vez que recusavam-se a qualquer tipo de ‘mistura’- e, portanto, de negociação com os civilizados”²⁸. O fato é que estes indígenas, considerados “irredutíveis”, manteriam complexas relações com os moradores do Mucuri e com os missionários de Itambacuri, que projetavam aldeá-los em conformidade com o *Regulamento das Missões de 1845*.

Completando as informações sobre os povos indígenas que habitavam o Mucuri, descreve Ottoni as complexas relações entre estes grupos.

Entre os domínios de *Pojichá* no Todos os Santos e os dos meus amigos do Urucu interpõe-se duas tribos capitaneadas pelo Capitão Casimiro e por João Immá: São confederados. Aldearam-se junto aos picos mais elevados da Serra das Esmeraldas e nas cabeceiras do Córrego do Ouro. Já sabemos que a tribo de Casimiro foi que matou o sargento Coelho e mais dois soldados no Quartel de Santa Cruz em 1849. Quanto à tribo de João Immá, o nome do cacique parece provar que ela emigrou do Jequitinhonha para aqui. Provavelmente foram as duas ou uma destas tribos que em 1854 trouxe do Jequitinhonha o grandioso projeto de assassinar os Capitães que estavam fazendo estrada, para resguardar, como se lhes fizera dizer as terras dos *Nacknenukes*...Casimiro e João Immá estão em guerra com *Pojichá*, seu vizinho do lado poente e com os índios do urucu, ao lado nascente²⁹.

²⁷ PALAZOLLO, 1973, p.102.

²⁸ MATTOS, 2002, p.233.

²⁹ OTTONI, 1858, p.207.

Os conflitos interétnicos no Mucuri, entre tribos rivais, entre indígenas e colonos ou entre esses e os missionários dos aldeamentos, revelam apenas um dos lados da complexa colonização deste vale e das relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos. Havia espaço também para negociações, como o uso da mão de obra indígena nos trabalhos nas roças, nos quartéis e também nas trocas comerciais. Segundo Ottoni, a fome e as constantes guerras intertribais levavam os indígenas a pedirem “proteção” a fazendeiros e oferecerem sua mão de obra em troca de proteção.

À medida que se foi estreitando a zona que ocupavam (os indígenas), a fome ativou a guerra fratricida que é eterna entre as diversas tribos. Matam-se por um pequeno terreno onde cacem, e apanham algumas raízes tuberculosas. Os mais fracos saíam das matas e inermes vieram pedir farinha e proteção contra os seus próprios irmãos. Foram as primeiras tribos aldeadas³⁰.

No entanto, a história tem demonstrado como os indígenas souberam utilizar das vantagens que estas alianças poderiam auferir em determinadas situações, como a negociação de sua mão de obra com particulares. As relações históricas entre indígenas e particulares no norte da província mineira seria um problema insolúvel para os missionários, que para ali se dirigiram com o intuito de aldeá-los.

A colonização não indígena do vale do Mucuri só ocorreria a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada, primeiramente, da Companhia do Mucuri, que, como vimos, manteve relações de trabalho e comércio com alguns grupos indígenas daquela região e posteriormente, com a chegada dos capuchinhos para a fundação de aldeamentos. Assim, a experiência das missões para catequese e “civilização” dos índios no Mucuri representaria o elemento estranho naquele lugar, onde, historicamente, índios e particulares mantiveram relações, seja de forma conflitiva ou negociada. Em 1873 seria criado o Aldeamento de Itambacuri, no vale do Mucuri, para aldear e catequizar os indígenas daquela região. Em sua tese, Missagia analisa as dificuldades que os missionários deste aldeamento tiveram para chamar os indígenas daquele vale. Nesse sentido, a autora coloca a necessidade que os agentes indigenistas tiveram de negociar com os nativos para tentar implementar uma política de aldeamentos. Tendo em vista que o vale do Mucuri foi marcado, historicamente, por uma ação secular e por relações interétnicas entre as populações indígenas e os

³⁰ IDEM, p.175.

moradores daqueles sertões, a política indigenista adotada teve que se adaptar aquele complexo contexto social. Nesse sentido, as disputas de poder em torno da mão de obra indígena e sua administração teriam que ser constantemente renegociadas, ora por particulares, ora por missionários, tendo como fim um acordo com as populações originárias.

Considerações finais

À guisa de fechamento das discussões deste artigo faz-se necessário algumas considerações. Primeiramente, ao elegermos a política indigenista praticada em Minas Gerais em fins do século XIX como nosso objeto de análise, demos ênfase não só ao nível local provincial, mas também buscamos relacioná-lo com as propostas do poder central. Apontamos a problemática desse debate e as diferentes propostas surgidas no âmbito dos debates parlamentares.

Fonte de debates e controvérsias, a “questão indígena” também afetaria os ânimos e o consenso entre os parlamentares quanto aos meios de inserção dos índios no projeto de nação que se projetava. Logo, alguns apostariam na capacidade do trabalho “transformar” os “hábitos” daquelas populações. Outros, no entanto, apostariam também no “poder” da religião como veículo de transformação. No final, o *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* abarcaria muitas das propostas debatidas nos diferentes espaços da corte e das províncias. O lugar dos índios na nação continuava sendo o de trabalhador. No entanto, a distância entre os objetivos propostos pela política indigenista e sua aplicabilidade levariam muitas províncias, como Minas Gerais, a adaptarem as diretrizes do documento.

Acreditamos que só a análise do texto da lei empobrece o entendimento do cotidiano das relações entre os sujeitos diretamente envolvidos na idealização dos aldeamentos. Nesse sentido, missionários, índios, poderes locais, fazendeiros, colonos e outros sujeitos que viviam naquelas fronteiras interétnicas do vale do Mucuri se utilizariam de alianças e diferentes formas de negociações que moldaram aquela experiência.

A visibilidade indígena perpassa todo os meandros deste trabalho. Sua presença não está apenas na linguagem classificatória e estereotipada do indigenismo, mas para além dela, nas políticas indígenas de alianças, seja com os missionários ou com os fazendeiros e autoridades locais. Assim, por exemplo, quando os distintos grupos indígenas que habitavam o Mucuri trocavam sua mão de obra com os fazendeiros

daquela região, os missionários se refeririam as mesmas em termos de “seduções”, o que pressupunha uma suposta ingenuidade indígena. Procuramos demonstrar como estas relações, mesmo que verticalizadas, serviam aos interesses destes sujeitos, que não podem ser vistos apenas como moeda de troca, figuras passivas nessas relações de poder. A mão de obra indígena seria muito disputada naquela região, e isso levaria missionários e fazendeiros a negociarem com os índios em muitas situações. Isso não muda, é claro, as situações de violência a que essas populações foram expostas. Mas evidencia outras possibilidades de relação, que não àquela em que o indigenismo classificaria os índios apenas como vítimas, devido a sua suposta “inocência”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios Aldeados no Rio de Janeiro Colônia- novos súditos Cristãos do Império Português*. Campinas, São Paulo, 2000. Tese de doutorado- Universidade Estadual de Campinas, IFCH.

AMANTINO, Marcia. *As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, 2006, p.203. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000100011. Acesso em 16 Março de 2016.

AMOROSO, Marta. *Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.13, nº 37, 1998.

_____. *Natureza e sociedade: disputas em torno do cultivo da paisagem em Itambacuri*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 24, p. 65, 2009.

BASTOS, Ricardo Cambraia de; MENDES, Fábio Faria. *A colonização dos sertões do Leste mineiro: Políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836)*. Revista do Departamento de História, n.6, 1998.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1983.

BOSCHI, Cáo César. *As Diretrizes Metropolitanas, a Realidade Colonial e as Irmandades Mineiras*. IN: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987, p.146-147.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. *Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. Varia História (UFMG. Impresso), v. 27, p. 601-623, 2011.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira: Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes, século XVIII e XIX*. (Tese de Doutorado) UFF, Niterói, 2008, p.195.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: povos botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas*. Campinas, SP. Tese de Doutorado-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

MOREIRA, V. M. L. *Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875)*. Diálogos Latino-americanos, n. 11, 2005.

_____. *A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 13-55, jul. 2010.

_____. *Deslegitimação das diferenças étnica, 'cidanização' e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no Brasil e no México na década de 1850*. Revista Mundos do Trabalho, v. 4, p.69, 2012.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese de Doutorado em Antropologia – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, 1971, p. 355-356.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência, Unicamp 2001.

MONTERO, Paula. Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural .In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRIMÉRIO, Fidélis Mota de. *Os capuchinhos em terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Apontamentos Históricos. São Paulo, 1942.

POMPA, Cristina. Para uma Antropologia Histórica das Missões. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos. Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, SP. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII*. (Tese de doutorado)- Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. *Violência Administrada e Liberdade Usurpada dos Índios nos Sertões do Ouro*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação

em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/> . Acesso em 16 de Março de 2016.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 175-206, 2009.

SANTIAGO, Thiago Fr. *Os capuchinhos em Minas Gerais: subsídios para a História*. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1997.

SECKY, Lucy. *Revisitando os apontamentos para a bibliografia da língua botocudo/borum*. LIAMES 8 - p. 121-140, Primavera, 2008. SILVA, Antônio de Moraes. Dicionário da língua Portuguesa. V.1, 8. ed. Rio de Janeiro : Lisboa : Empr. Litteraria Fluminense ; Adolpho Modesto, 1890.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, Vol. I, 1981

SPOSITO, F. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. (Dissertação de mestrado), FFLCH - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

Tatiana Gonçalves de Oliveira

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
